

O trágico legado

CORREIO BRAZILEIRO

14 NOV 1990

A suicida política de juros altos posta em prática pela atual equipe econômica ameaça o futuro governo com legado trágico, que se traduziria em débitos internos de 180 bilhões de dólares, muito maior do que a dívida externa. Quem faz essa advertência é o professor Décio Garcia Munhoz, sustentando que o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, recebe orientação da Fiesp, não do presidente da República.

A dívida interna já atingiu os 100 bilhões de dólares, o que significa que cresceu 15 bilhões de dólares em apenas três meses. Se o Governo mantiver "essa suicida política de juros altos", a dívida crescerá entre 40 a 50 bilhões de dólares, numa progressão geométrica. Como o Tesouro deu 40 bilhões em títulos ao Banco Central pela dívida de terceiros — estados e municípios —, pode-se acrescentar a esse montante da dívida interna pelo menos mais 30 bilhões de dólares.

O futuro presidente da República assumiria o poder, a 15 de março de 1990, com um endividamento interno que alcançaria os 180 bilhões de dólares, quantia muito superior à dívida externa. Para se ter uma idéia dessa corrida frenética contra o nada, a rolagem da dívida interna em outubro custou a todos nós, contribuintes, oito bilhões de dólares, sendo que quatro a cinco bilhões engo-

lidos pelo mercado financeiro.

Graças a tal oferta de juros altos, que funciona como falso atrativo para um mercado especulador sequioso de lucros fáceis, transfere-se formidável massa de recursos públicos para o setor privado. Em um país onde 70 por cento da população ganham míseros dois salários mínimos, a especulação financeira contribui para concentrar a renda em mãos de poucos, agravando nosso dramático problema social. O que fazer com uma dívida interna maior do que a dívida externa?

Os ganhos em outubro no mercado financeiro (oito bilhões de dólares) deixaram para trás a folha de pagamento de todo o pessoal assalariado do País, que se situa, segundo Munhoz, entre quatro a cinco bilhões de dólares. O País inteiro trabalha de sol a sol para alimentar as burras de uma minoria de cidadãos e pessoas jurídicas que faturam mais com os papéis do que através de suas atividades econômicas produtivas.

O economista Décio Munhoz acha que a situação é tão dramática que justificaria intervenção do Congresso Nacional "para restabelecer o poder de decisão do presidente da República sobre o Ministério da Fazenda, hoje entregue à Federação das Indústrias de São Paulo".